



Anais da Assembléia

Nº 172

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados José Tavares e Nelson Garcia.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER. após ouvido o duto Plenário. Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 499/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.798.480,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 30.11.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.11.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 3651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das prerrogativas legais e regimentais, e tendo em vista o convite da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e presidente do CEDCA, Sra. Fani Lerner, em anexo, REQUER autorização para participar, em caráter oficial, do Seminário Estadual de Sensibilização e Capacitação de Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente sobre a problemática do trabalho infantil, que será realizado em Foz do Iguaçu, nos dias 04 e 05 de dezembro do corrente.

Sala das Sessões, em 30.11.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Este seminário atende uma das sugestões incluídas no Relatório final da CPI da Prostituição Infantil.

Diante do empenho desta secretaria em capacitar conselheiros para as questões da infância, seria de bom alvitre a participação deste Poder Legislativo em apoio a tal atitude.

REQUERIMENTO N° 3611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de pesar à família do Senhor João Marcelino dos Santos, agricultor e pioneiro no Município de Joaquim Távora.

Requer, outrossim, que da decisão do duto Plenário seja dado conhecimento ao seu filho, Tarciso Messias dos Santos, Caixa Postal 44, Município de Joaquim Távora - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.95

(a) BETO RICHIA

REQUERIMENTO N° 3622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Álvaro Fernandes Correia, ocorrido

em 03.11.95.

O Sr. Álvaro, era uma pessoa de muitas amizades, e ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa. Com o seu passamento, deixou enlutados não somente seus parentes mas também todos aqueles que um dia tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta casa, seja dado ciência à família enlutada, a Rua Marquês de Maricá, 565, bairro São José - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.95
(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 3623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Mlymarczuk, ocorrido em 02.11.95.

O Sr. João, era uma pessoa de muitas amizades, e ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa. Com o seu passamento, deixou enlutados não somente seus parentes mas também todos aqueles que um dia tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta casa, seja dado ciência à família enlutada, a Rua Araujo de Porto Alegre, 1965, V.Boa Vista - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.95
(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 3624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 02.11.95, do Sr. Aluizio Rosas de Oliveira.

Pessoa de muitas amizades, e ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa deixou enlutados não somente seus parentes mas também todos aqueles que um dia tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta casa, seja dado ciência à família enlutada, a Rua do Rosário, 48, Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.95
(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 3625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento Sra. Helena Verdi.

Pessoa dedicada aos trabalhos em benefício à comunidade de Ponta Grossa deixa uma profunda tristeza entre amigos e pa-

rentes.

Requer ainda, que a decisão desta casa, seja dado ciência à família enlutada, a Rua Abrão Glasser, 382, Vila Marina - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.95
(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 3651-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento Sra. Otilia de Oliveira, ocorrido em 06.11.95.

Esta Senhora, era uma pessoa de muitas amizades e ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa. Com seu passamento deixou enlutados não somente seus parentes mas também todos aqueles que um dia tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, a Rua D, 300, Bairro Ronda - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.95
(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 3651-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento Sra. Maria dos Santos Moraes, ocorrido em 04.11.95.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que a decisão desta casa, seja dado ciência à família enlutada, a Rua 2, Casa 502 - Núcleo Pitangui - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30.11.95
(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO N° 3607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta egrégia Casa de Leis, votos de congratulações pelo transcurso do 25° aniversário da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - COAMO.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Aroldo Galassini, Presidente da COAMO - Rodovia BR 369 - Km 1 - Campo Mourão - CEP 87300 380.

Sala das Sessões, em 30.11.95.
(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 3608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de PAULA FREITAS pelo transcurso de seu 31° aniversário de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro/95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Jorge Jamil Gabardo, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Adilson Luiz Olivetti, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a população de PAULA FREITAS.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de PAULA FREITAS estará comemorando no próximo dia 08/12/95, seus 31 anos de emancipação política. Portanto, queremos nesta festiva data homenagear toda a laboriosa população que vem dando o melhor de seus esforços em prol do progresso constante do seu município.

O aniversário de Paula Freitas diz muito a todos nós paranaenses que amamos a nossa terra e a ela devotamos a melhor de nossas energias.

A história de Paula Freitas é uma história de trabalho, dedicação e luta sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

Com esta proposição queremos homenagear toda essa população que não mede esforços, com o trabalho diuturno em prol do crescente progresso do Município.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, une-se ao contentamento de toda a população na certeza de que continuará o importante trabalho para um futuro promissor ao Município.

REQUERIMENTO N° 3609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a expedição de votos de congratulações ao Senhor José Romero Sintra, Presidente da União Municipal das Associações de Moradores de Umuarama, pelos relevantes trabalhos prestados a organização comunitária naquele Município e na região Noroeste do Estado, igualmente pela luta da entidade que preside em defesa dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, do Plano de Ação Imediata para Habitação - PAIH, de todo Estado do Paraná.

Que o mesmo seja cientificado do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Uma das formas de organização popular mais conhecida em todos os municípios do Brasil, é indiscutivelmente as Ações de Moradores de Bairros, Favelas, Conjuntos Habitacionais, Mutuários, Vilas, Jardim e Distritos. Tem sido ao longo de nossa história contemporânea as Associações de Moradores um dos bastões das lutas dos trabalhadores menos favorecidos, na busca de suas reivindicações mínimas na melhoria da educação, saúde, saneamento, transporte, emprego e habitação, entre outras.

Na cidade de Umuarama existe um grande número de Associações de Moradores, organizadas e coordenadas no Município pela União Municipal das Associações de Moradores de Umuarama - UMAM, entidade presidida pelo Senhor José Romero Sintra, que vem trabalhando para unificar as lutas dos moradores, objetivando sempre a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores de Umuarama.

Vale destacar que a UMAM representa política e juridicamente oito (08) conjuntos habitacionais financiados com recursos do FGTS, na era Collor, que foram superfaturados e nesta tarefa vem levando aos escalões federal e a imprensa o nome da entidade, do município e das famílias de mutuários que penam para realizar o "sonho da casa própria".

Entendemos ser os dirigentes comunitários merecedores de elogios diários pelas incansáveis batalhas que travam no dia-a-dia, sempre com o espírito coletivo.

Assim, requeremos aos nobres Pares desta Casa Legislativa, a aprovação desta simples homenagem a um destes líderes comunitários.

REQUERIMENTO N° 3610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 40° aniversário de emancipação política do Município de ARAPOTI, no próximo dia 18.

Requer, outrossim, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Senhor Emiliano Carneiro Klüppel, Prefeito Municipal de Arapoti.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do aniversário de emancipação política de ARAPOTI, assinalado naturalmente por festividades, deve ser des-

tacado nesta Casa de Leis, pela pujança e desenvolvimento econômico, social e cultural que a cidade obteve.

REQUERIMENTO N° 3638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado Votos de Congratulações à Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Araruna, pela passagem do 40° aniversário, neste dia 29 de novembro, de emancipação política, e, ainda, à Associação Comercial e Industrial, Rotary Club e Fundação Cultural, pela realização da 6ª Exposição Industrial de Araruna, realizada de 25 a 29 de novembro de 1995.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3649

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia a inserção, na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, votos de congratulações com a Academia Feminina de Letras do Paraná, pela posse de sua nova diretoria. Deixa a Presidência a Senhora Selene Amaral Di Lenna Sperandio e assume a Senhora Luiza Iwersen.

Como lembrou a presidente que deixava o cargo na ocasião da solenidade de posse, a Academia "tem tradições históricas, pois abrigou as personalidades femininas mais importantes da cidade e do Estado".

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, que do mesmo seja dado conhecimento à Senhora Selene Amaral Di Lenna Sperandio, com os cumprimentos pela profícua gestão, e à Senhora Luiza Iwersen que assume a presidência.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um Voto de Regozijo pelo transcurso do 34° aniversário de instalação do Município de Santa Inês.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Inês foi emancipado em 25 de Janeiro de 1.961, quando pe-

la Lei Estadual n° 4.338 foi elevado à categoria de município.

Sua instalação oficial só ocorreu em 03 de dezembro de 1.961.

O Município de Santa Inês foi desmembrado de Itaguaçu e durante esses 34 anos de sua emancipação, tem buscado o progresso pela garra e pela fibra de seu povo.

É justo que esta Casa de Leis preste a sua homenagem à população de Santa Inês e às suas autoridades constituídas, pela passagem de tão importante data.

REQUERIMENTO N° 3612

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de agilizar o atendimento do pedido feito pelos moradores na Rua Um/Pará de Minas, localizada no Jardim Ipê, quanto à abertura de valeta e colocação de manilhas.

O pedido vem sendo feito há dois anos, através de abaixo-assinados, porém ainda não foi atendido.

Recentemente foi protocolado um outro pedido na Prefeitura, sob protocolo n° 2552, de 17.11. Os moradores propõem-se a pagar as manilhas.

A situação encontra-se crítica, o esgoto corre à céu aberto e os moradores solicitam que desta vez sejam tomadas providências visando o beneficiamento de todos que ali residem. Anexo cópia do abaixo-assinado entregue na Prefeitura.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3613

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da moradora na Rua Joaquim Távora, n° 243, Guaraituba, a qual solicita a abertura de uma valeta em frente à sua residência para a colocação de manilhas.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3614

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento de

trânsito em frente ao Colégio Santa Cândida, localizada na Rua Theodoro Makioka, proximidades da Igreja Matriz, principalmente nos horários de entrada e saída dos alunos.

O local é muito movimentado e muitas vezes nesses horários não há a presença do policial de trânsito.

O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos, no sentido de evitar que ocorram acidentes com seus filhos.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3615

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a limpeza de um terreno baldio localizado na Rua Marrocos, ao lado do n° 190 - Jardim Grazielle.

O local está muito sujo, cheio de animais nocivos à saúde e está servindo de depósito de lixo.

Pede-se que o pedido seja atendido o mais breve possível, tendo em vista que a situação encontra-se crítica.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3616

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no sentido de proceder fiscalização quanto a poluição no ar, existente nas proximidades do n° 11, da Rua Aristides Pereira da Cruz-Portão.

Principalmente, no final da tarde, os moradores do local percebem uma camada de gordura pegajosa nas plantas, nas calçadas, nas casas etc.

O problema vem se agravando a cada dia e os moradores já não sabem a quem apelar a fim de resolver o problema.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3617

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, no sentido de verificar qual o motivo pelo qual as correspondências não são entregues na residência localizada na Rua Gerônimo

Alberti n° 64 - Jardim Georgina-Colombo.

O pedido está sendo feito pelo morador deste endereço, uma vez que nem os avisos de pagamento ele recebe. Maiores informações podem ser obtidas com o Senhor Hilário Moreira Lima, pelo telefone 756-1632.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3618

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná S.A. TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Vila Sandra II, mais especificamente na Rua Luiz Tramontin, proximidades do n° 2998 - Campo Comprido, os quais solicitam a instalação de um telefone público no local.

Há um telefone na vila, porém, não está atendendo satisfatoriamente a população, uma vez que filas enormes se formam e as pessoas infelizmente muitas vezes não conseguem telefonar.

Pedem que o pedido seja atendido pois beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3619

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, Digníssimo Presidente do Congresso Nacional, sugerindo a formação de uma Comissão Especial, composta por Senadores e Deputados Federais, com o objetivo de avaliar a decisão do Governo Federal, que reduziu a cota de compras isentas de Impostos no Paraguai, bem como oferecer medidas que possam ser aplicadas, visando amenizar as graves consequências econômicas e sociais ocasionadas à população e municípios atingidos pelo ato governamental em apreço.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(aa) ANIBAL KHURY
SAMIS DA SILVA

REQUERIMENTO N° 3620

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Educação, Senhor Ramiro Wahrhaftig, solicitando a possibilidade de doação de uma antena parabólica a Escola Estadual Doutor Munhoz da Rocha, Distrito de Guaragi, Município de Guaragi.

O referido aparelho será de importância fundamental aos alunos, para que os mesmos possam acompanhar a programação da TV Educativa, bem como para participar do curso Um Salto Para o Futuro.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário do Meio Ambiente, Senhor Hitoshi Nakamura, solicitando que seja feita uma parceria entre a Prefeitura de Ponta Grossa e a Secretaria, com o objetivo de recuperar os arroios do referido município.

A falta de uma política ambiental em Ponta Grossa, está levando os vários arroios que cortam o quadro urbano a uma degradação total.

São 45 quilômetros dentro da cidade, que se tornam depósito de lixo, esgotos e sofrem a ação de erosão e assoreamento pela degradação da mata ciliar.

Muitos desses arroios fazem o manancial do rio Tibagi e outras fontes de captação de água de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Jovino Elso Periolo, Prefeito Municipal de Vitorino, congratulando pela passagem de 34 anos de emancipação política do Município, dia 29 de novembro de 1995.

Outrossim, requer, que da decisão da Mesa, seja dado ciência ao Senhor Valmor Zago, vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Vitorino.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que Vitorino comemora seus 34 anos de emancipação política, constatamos que atravessa atualmente uma grande transformação econômica, política e social.

O trabalho sério e honesto de sua população, aliado à competência de seus administradores contribui para que Vitorino se tornasse um município pujante, onde a classe política faz da idoneidade, probidade e honra, seus principais instrumentos de trabalho.

Com esta proposição, o Legislativo pa-

ranaense, através deste Deputado, tributa a justa homenagem à população de Vitorino, que na árdua luta de tempos difíceis, deixaram em legado de trabalho e dedicação.

REQUERIMENTO N° 3633

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente via fax, ao Exmo. Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato de Souza, nos seguintes termos:

A diretoria da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas, diante da gravidade do momento que atravessa o H.C. - UFPR, convoca a comunidade paranaense para uma mobilização de caráter permanente, até que se consiga uma solução para os problemas emergenciais.

A Associação empresta toda solidariedade ao Dr. Mário Sérgio Júlio Cerci, diretor-geral, corpo médico e funcionários neste momento difícil do H.C., sobretudo na questão salarial, dando todo apoio às suas posições nas reivindicações junto a Brasília neste momento.

Contando integralmente com o apoio do Governador Jaime Lerner e da Reitoria da UFPR, os amigos do H.C. solicitam ao Ministro Paulo Renato de Souza, uma solução definitiva para o problema de que o MEC paga 100% da folha de funcionários dos demais Hospitais Universitários ao passo que o H.C. tem de arcar com 37% das despesas, o que inviabiliza a manutenção financeira de qualquer hospital que depende do SUS.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) JOÃO TECHY

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Duílio Genari, José Tavares, Ângelo Vannoni, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, Orlando Pessuti, Edno Guimarães, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Algaci Túlio, César Seleme, Edgard Bueno e Antonio Belinati.

REQUERIMENTO N° 3637

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, comunicando o total e irrestrito apoio às decisões tomadas pelo Governo do Estado, com referência ao reinício das obras da construção da Ponte de Guaíra, ligando os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(aa) ÉLIO RUSCH
DUÍLIO GENARI
JOÃO TECHY
NELSON GARCIA

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Irineu Colombo, Luiz Carlos Zuk, Alagaci Túlio, Nereu Moura, Wal-mor Trentini, Beto Richa, Edno Guimarães, César Seleme, Valdir Rossoni, Antonio Belinati, Marquinhos Alves, Milton Pupio e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma ação governamental merecedora do apoio de todos os paranaenses, visto o grandioso benefício que a referida ponte trará ao desenvolvimento do Estado.

REQUERIMENTO N° 3639

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo este subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes expediente, no sentido de que o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, coloque vigas sobre o rio Engenho Velho, localizado na localidade denominada Taquari dos Palmares, no Município de Ponta Grossa.

Tal solicitação está sendo feita pela comunidade ali residente, que vem correndo sérios riscos de vida. E que referidas vigas sejam cedidas à Prefeitura Municipal do Município supra mencionado, para providências de urgências na colocação.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 3640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente ao Comandante Superior da Escola de Sargentos da Aeronáutica - ESA, encaminhando votos de congratulações pela comemoração de "Jubileu de Ouro", bem como pela formação de mais uma turma de Sargentos, que irão compor as fileiras de nossa Aeronáutica, que muito orgulho nos trouxe e nos dá.

Requer, ainda, que a decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao Comandante Superior da Escola de Sargentos da Aeronáutica - ESA, com sede na Cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais, onde este Deputado se fez presente.

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 3644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

- 1) Informar se houve ou não contratação de empresa de engenharia e ou de construção para a execução das obras da ponte de Guaíra.
- 2) Em caso afirmativo, informar se tal contratação se deu segundo as normas legais para a licitação de obras de engenharia;
- 3) Caso tenha havido licitação, anexar cópia do edital, do orçamento-base, das propostas apresentadas pelos licitantes e da decisão da comissão julgadora da licitação;
- 4) Caso tenha havido dispensa de licitação, apresentar a justificativa escrita, com citação dos dispositivos legais em que se embasou tal decisão; e
- 5) Apresentar cópia do contrato celebrado com a empresa de engenharia e seus anexos obrigatórios (projeto, especificações, orçamento e cronograma físico-financeiro).

Sala das Sessões, em 30.11.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas são necessárias para subsidiar estudos que estamos realizando sobre o assunto.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 061/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica a Comissão Executiva autorizada, a conceder a gratificação de até 100% (cem por cento), do vencimento básico, pela prestação de serviço extraordinário aos funcionários pertinentes ao Regime Único e aos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 2° - Fica concedido, a critério da Comissão Executiva, pelo exercício do Cargo em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, até o limite de 100% (cem por cento), aos funcionários detentores de cargos em comissão, tendo em vista a essencialidade, complexidade e responsabilidade de determinadas funções ou atribuições bem como as condições e a natureza do trabalho.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.95

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

É de notório conhecimento que os níveis de vencimentos do pessoal da Assembleia Legislativa apresentam significativa defasagem em relação aos dos demais Poderes do Estado. Sensibilizado com tal situação e considerando demonstrações de simpatia à medida ora proposta, por parte da douta Comissão Executiva deste Poder e baseado em parecer prévio do Tribunal de Contas, cuja cópia segue em anexo, e considerando, ainda, que esta Casa tem votado inúmeras mensagens, tanto do Executivo quanto do Judiciário, assim como do Tribunal de Contas e do Ministério Público, atualizando vencimentos, criando carreiras e propondo outras medidas beneficiando seus funcionários, julgamos de justiça que os servidores deste Poder também sejam considerados, cumprindo inclusive, desta forma o preceito constitucional de isonomia salarial, previsto no artigo 39, § 1º, da Magna Carta Federal.

A título de ilustração, juntamos demonstrativo de que o Tribunal de Contas, com bem menor número de funcionários está gastando 2,1% do orçamento, enquanto a Assembleia Legislativa, com toda sua estrutura de Poder independente, gasta 2,0% com pessoal, o que, por si só, demonstra o quanto nossos servidores ganham a menor.

Observação: Encaminhamos o presente projeto de resolução à douta Comissão Executiva, como sugestão, aprovada pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em sessão do dia 29 de novembro de 1995.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 522/95
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a fornecer gratuitamente a Carteira de Identidade para os estudantes da 1ª Série do 1º Grau da Rede Pública e Privada do Ensino do Estado do Paraná, quando do ato da matrícula.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 30.11.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Através deste projeto de lei o Governo do Paraná antecipa um futuro que reserva a todos estudantes do Estado o direito à cidadania. Um futuro que irá trazer também a modernização ao sistema educacional.

Ao efetuar a matrícula no 1º ano do 1º grau da Rede Pública ou Privada, a criança recebe a sua cédula de identidade, cujo número do R.G. será utilizado para ser também, a sua identificação escolar. Todo

seu histórico será registrado e vinculado a esse número. Através desse cadastro será possível realizar um levantamento rápido e completo da vida escolar do aluno.

O projeto, se adotado em todo o território nacional, possibilitará que um aluno seja transferido de sua escola para outra localizada em qualquer Estado brasileiro, sem que isso cause transtornos com relação a documentação.

O Governo do Paraná estará garantindo às crianças um importante referencial como cidadão e estudante. Elas sairão às ruas sempre portando este documento que será, ao mesmo tempo Cédula de Identidade e Identificação escolar. Cidadania, segurança, modernização e futuro, reunidos em um único documento.

Considerando que anualmente ingressam mais de 200 mil alunos na 1ª Série do 1º Grau, torna-se claro o benefício imediato que este projeto irá trazer principalmente àquelas crianças oriundas de famílias carentes, que não possuem condições financeiras de custear as despesas para retirar a Cédula de Identidade.

Na área esportiva e cultural, é comum o fato de muitas crianças deixarem de participar de atividades pelo simples motivo de não possuírem este documento. Mas não é apenas no setor esportivo e cultural que este projeto irá trazer benefícios, ele dará oportunidade às crianças e adolescentes carentes a adquirir o lado identificatório da cidadania.

Anualmente milhares de jovens ingressam no mercado informal de trabalho e não possuem a Cédula de Identidade, às vezes por ignorar sua importância ou por não contar com recursos financeiros para retirar o documento. Estes jovens contam apenas com a Certidão de Nascimento como principal documento. Assim ao longo do tempo teremos todos os paranaenses com o registro nacional, portando suas Cédulas de Identidade.

O Estado do Paraná estará dando um grande exemplo ao Brasil, garantindo a cidadania de todas as crianças.

Para a elaboração deste projeto, foram realizadas reuniões com o Secretário de Segurança Pública, Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, com o Presidente da FUNDEPAR, Senhor Segismundo Morgenstern e com o Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, Senhor João Ricardo Kepes Noronha e com o Secretário da Educação Ramiro Wahrhaftig, para que as medidas concretas sejam efetuadas visando sua agilização e implantação imediata.

PROJETO DE LEI Nº 523/95
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A fiscalização referente ao envasilhamento, comercialização e distribuição fracionada do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, no Estado do Paraná, visando assegurar o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90) e demais disposições análogas, reger-se-á por esta Lei.

Art. 2º - A fiscalização de que trata esta lei será efetuada pelo Instituto de Pesos e Medidas - IPEN/PR e Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR, órgão da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, e compreenderá a verificação dos seguintes aspectos.

I - identificação, de maneira ostensiva e adequada nos cilindros e botijões acondicionadores do GLP, bem como nos respectivos veículos que os transportam, das empresas distribuidoras e dos revendedores;

II - Condições de segurança dos cilindros e botijões acondicionadores de GLP;

III - condições de segurança dos veículos e de seus equipamentos, destinados a transportar o GLP na forma fracionada de distribuição;

IV - indicação ostensiva e adequada do peso do produto nos cilindros e botijões acondicionadores de GLP, e condições de sua aferição nos postos de revenda através de balanças apropriadas;

V - Condições de segurança para comercialização nos postos fixos de vendas de GLP.

Da Identificação

Art. 3º - As empresas distribuidoras e os revendedores de GLP, na forma de distribuição fracionada ao consumidor, somente, comercializarão cilindros de botijões que tenham a mesma marca.

§ 1º - A marca a que se refere o "caput" deste artigo deve ser estampada, de maneira ostensiva e adequada, no vasilhame, no rótulo de instrução ao consumidor e no lacre de vedação da válvula.

§ 2º - O rótulo com as instruções ao consumidor deverá obedecer ao modelo aprovado pelo IPEN-PR, estabelecido no ato próprio.

Art. 4º - As empresa distribuidoras e os revendedores ficam obrigados a identificar e caracterizar adequadamente cada um dos veículos que transportem o GLP na forma fracionada.

Parágrafo Único - É vedado o transporte e comercialização de vasilhame cheio, contendo marca diversa daquela identificada e caracterizada no veículo transporta-

dor.

Art. 5º - Os postos fixos de venda são obrigados a apresentar identificação visual, contendo de maneira ostensiva e adequada a logomarca da empresa que representa.

Da Segurança

Art. 6º - As empresas distribuidoras somente colocarão no mercado consumidor cilindros de botijões que atendam as prescrições dos regulamentos técnicos específicos.

§ 1º - Sempre que posteriormente a introdução dos cilindros e botijões no mercado tiverem conhecimento de que não atendem as prescrições técnicas específicas ou apresentem falhas capazes de comprometer suas condições de segurança, as empresas distribuidoras deverão comunicar as autoridades e aos consumidores, promovendo a sua imediata retirada.

§ 2º - as empresas distribuidoras submeterão os cilindros e botijões a manutenções periódicas, devendo comprová-las devidamente sempre que solicitados.

Art. 7º - Os veículos rodoviários e seus equipamentos, destinados ao transporte do GLP na forma fracionada, deverão atender às prescrições dos respectivos regulamentos técnicos.

Parágrafo Único - É vedado o transporte do GLP por meio de veículo que não possua certificado de inspeção e capacitação, passado por organismo credenciado no Estado.

Art. 8º - Na reposição de vasilhames inutilizados, as empresas somente poderão colocar no mercado cilindro e botijões novos, identificados com a marca da distribuidora estampada de forma ostensiva e adequada, devidamente certificados.

Parágrafo Único - Os cilindros e botijões atualmente no mercado serão submetidos a requalificação pelas empresas distribuidoras de GLP.

Das Sanções Administrativas

Art. 9º - O descumprimento das obrigações de que trata esta lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei Federal nº 5.966/73.

Disposições Gerais

Art. 10 - Os agentes fiscalizadores, devidamente credenciados e identificados, terão livre acesso às dependências onde

sejam acondicionados, distribuídos, transportados, expostos à venda e comercializados os produtos e serviços nela referidos, bem como a documentação pertinente.

Art. 11 - A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, por intermédio do Coordenador do PROCON/PR, e do Diretor-Presidente do IPEN/PR, poderão baixar atos complementares normativos para o regular cumprimento e operacionalização desta lei.

Disposições Finais

Art. 12 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a celebrar Convênio com a União, Municípios e outras entidades ligadas a administração pública direta e indiretas visando realizar a fiscalização de que trata a presente lei.

Art. 13 - O Poder Executivo dentro de 120 (cento e vinte) dias expedirá todos os atos necessários para o cumprimento da presente lei.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.11.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

1 - A proposição que ora apresentamos, visa estabelecer normas pertinentes ao "envasilhamento, comercialização e distribuição fracionada de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP", no intuito de tornar efetivas as normas de segurança previstas no Código de Defesa do Consumidor e demais disposições legais pertinentes às relações de consumo.

Preceitua o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90), em seu artigo 8º:

"Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou à segurança dos consumidores."

Apesar disso, inúmeros são as ocorrências de danos a pessoas ou coisas, relacionados à inobservância das normas de segurança inerentes ao Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

Recentemente, em laudo pericial realizado por requisição do Ministério Público, para instruir o Inquérito Civil nº 009/92, instaurado pela Promotoria de Defesa do Consumidor de Curitiba, o PROCON/PR, constatou em cilindros de GLP existentes no comércio as seguintes irregularidades:

- falta de identificação do fabricante;
- falta de identificação da série ou lote de fabricação;
- falta da data de fabricação;
- falta de identificação do distribuidor;
- falta de tara em quilogramas e da capacidade volumétrica, em litros.

cidade volumétrica, em litros.

Dá a necessidade de fiscalização eficiente, destinada a tornar efetivas as exigências e cautela que a lei estabelece.

2 - A Constituição Federal atribui à União, aos Estados e ao Distrito Federal, competência concorrente para legislar sobre "responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor" (Art.24, VIII).

Cumprir alertar sobre o aparente conflito entre a competência federal (privativa) e estadual (concorrente), que a matéria em análise pode suscitar.

Como a Constituição Federal atribui à União competência para legislar sobre trânsito e transporte (art.22-XI), e jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia (art. 22-XII), já foi manifestada a opinião no sentido de que, sendo o GLP resultante de recursos minerais, os Estados somente poderiam legislar sobre questões a ele relacionadas se devidamente autorizadas por Lei Complementar, na forma do Parágrafo Único do artigo 22.

Esse equívoco pode ser desfeito com facilidade, através de uma análise cuidadosa e bem intencionada. A propósito, trazemos à colação o entendimento adotado em caso análogo pela Secretaria de Justiça e da Cidadania de São Paulo, no parecer emitido pela Dra. Rosolea Miranda Folgosi, cujo trecho transcrevemos abaixo:

"Não se pode negar que a regência da matéria pertinente ao engarrafamento, distribuição, manuseio, etc. do GLP pertence à União.

Mas os aspectos da regência desta matéria, no que exterioriza com a defesa do consumidor e da saúde, podem e devem ser regidos, concorrentemente, também pelos Estados membros - sem invadir o conteúdo das regras federais - para condicionar-lhes o exercício.

Há uma diferença fundamental entre estabelecer normas sobre comércio de GLP e fixar condições para que o consumidor seja protegido na compra de botijões de GLP.

Escapa ao Estado-membro competência para regradar o transporte de produtos ou cargas perigosas. Mas não se pode negar a ele a competência para acrescentar condições no transporte daquelas cargas que tenham a ver com a defesa do consumidor, ou da saúde pública. E, no âmbito desta competência, cabe a União apenas e tão somente estabelecer normas gerais, competindo aos Estados-membros legislar especificamente sobre tal matéria.

O fato da lei federal exigir que no transporte daquelas cargas haja ostentação de rótulos ou símbolos especiais não impede, por exemplo, que o Estado-membro, para concretizar suas competências concorrentes

(proteção a saúde, ao consumidor) determine, por lei que seja fixado, em cada botijão, sua identificação e instruções ao consumidor.

O rótulo da Lei Federal diz respeito à sua competência (privativa) própria: abastecimento nacional de GLP.

Já o da Lei Estadual está afeto a sua competência (concorrente) específica: defesa do consumidor.

Ambas coexistem sistematicamente no ordenamento jurídico.

São competências distintas que focalizam aspectos diversos".

Cumpra ressaltar que o Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078/90, que é norma de ordem pública, preceitua em seu artigo 55 § 1º.

"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias".

Nessa perspectiva, o que faz a proposição ora apresentada, é implementar o Código de Defesa do Consumidor na esfera de competência reservada ao Estado do Paraná, estabelecendo minuciosas normas atinentes à fiscalização, atribuindo à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, por intermédio do Instituto de Pesos e Medidas - IPEM/PR e Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR, competência para realizá-la.

PROJETO DE LEI Nº 524/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.95

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Dispõe a Lei nº 6.994/78:

"Art. 1º - As Sociedades Cívis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

I - Que possuam personalidade jurídica há mais de um ano.

II - Que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - Que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - Que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório".

O Consórcio Intermunicipal de Saúde é uma sociedade civil sem fins lucrativos formado pelos 29 municípios que compõem a Microrregião 10 do Noroeste, fundado em 28 de maio de 1993 - de acordo com o art. 30 da Constituição Federal e art. 10, Capítulo III da Lei nº 8.080/90 e § 3º da Lei nº 8.142/90 -, com sede em Paranavaí, com duração por tempo indeterminado. Os registros dos Estatutos encontram-se no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Paranavaí, Livro A-2, nº 400, em data de 07.12.93.

São objetivos do CIS gerenciar os serviços do Centro Regional de Especialidades - CRE de Paranavaí e Loanda, promovendo consultas e outros serviços especializados toda a população da Região Noroeste.

A estrutura básica do CIS é composta do Conselho de Prefeitos, Conselho Fiscal e Secretaria Executiva.

Tendo em vista os motivos supra citados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PMDB.

(Declina).

Liderança do PSC.

Com a palavra, o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quando o nosso nobre Líder Algaci Túlio não vai junto, o nosso time ganha de 2 a 0. Nosso time deu um show lá dentro de Santa Catarina.

Mas, Sr. Presidente, foi um encontro muito importante lá em Santa Catarina, reuniu os companheiros catarinenses.

Mas gostaríamos de justificar sobre o nosso voto ontem, favorável aos professores do Estado do Paraná.

Gostaria de aproveitar o horário da Liderança do nosso Partido, para falar um pouquinho sobre o professor do Paraná que acreditamos, nosso Partido entende que o professor do Paraná é um professor que vem

sendo muito usado, é um professor surrado, é um professor massacrado.

Ontem, quando havia terminado a Sessão da Assembléia, encontramos um professor aqui no corredor da Casa, estava um pouco indignado, não estava contente, devido a não termos aprovado aquela Emenda que seria favorável aos professores.

E o professor dizia que estava envergonhado, perguntei porquê. Envergonhado, porque o professor do Paraná só serve para eleger os políticos e os políticos acabam se esquecendo de nós e só se lembram de nós quando exatamente o período de eleição começa de novo, respondeu.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero mais uma vez reafirmar, como membro do PSC aqui nesta Casa, que não concordamos com a política que está se adotando no Estado do Paraná, não concordamos com o sofrimento que vêm passando os professores, a tática que está se usando agora neste final de ano com a dispensa dos professores celetistas, enfim não concordamos com nada disso.

Nosso Partido não concorda e não apoia o que está sendo feito, porque mais uma vez o professor do Paraná é quem "paga o pato", professor que está sofrendo que é o segundo pai dos nossos filhos. É o professor da escola pública que ensina os nossos filhos, que educa os nossos filhos e que às vezes deixamos de educar, e os professores são os responsáveis pela educação dos nossos filhos. Está na hora de termos um pouco mais de consideração pelos professores, termos um pouco mais de consideração principalmente por aqueles que no dia-a-dia são responsáveis pela educação nesse Estado do Paraná.

Então gostaria de deixar esse meu registro aqui de que a atual política feita aos professores completaram um ano de governo, ela não está correta.

É preciso que o Governador do Estado reveja essa posição e não se esqueça que foram os professores os grandes cabos eleitorais da sua vitória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

do. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3.^a do Projeto de Lei n° 486/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 080/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 305.000,00 ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Construção e Obras de Manutenção visando atender despesas com reformas no prédio cedido pela SEFA/CRE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. e C.F.. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 486/95 EMENDA ADITIVA

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - Fica autorizada a Secretaria de Estado dos Transportes, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, APPA, a proceder o pagamento dos direitos trabalhistas aos aposentados dessa autarquia, até o valor de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais)".

Sala das Sessões, em 29.11.95.

(aa) ANGELO VANHONI

ALGACI TÚLIO

Apoio: Élio Rusch, Valdir Rossoni,
Doutor Rosinha.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 503/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Tamarana, desmembrado do Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 485/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 081/95, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.434.722,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação aprovado pela Lei Estadual n° 11.033 de 30/12/94, visando atender despesas com a municipalização do ensino. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n°

161, de 20.11.95. - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 485/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.434.722,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, visando atender despesas com a municipalização do ensino.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela, neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 485/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em epígrafe, oriundo da Mensagem Governamental n° 081/95 visa aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.434.722,00 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033 de 30.12.94, visando atender despesas com a municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente opinando pela sua aprovação.

Esta Comissão, após análise do presente projeto em tela, constatou que os recursos destinados à cobertura da referida programação serão provenientes de cancelamento de dotação da própria Secretaria de Estado da Educação, conforme consta nos anexos II e III.

Fundamentando-se nas informações supra citadas, esta comissão opina favoravelmente à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 3646, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3619, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.**

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3620 a 3625, 3651-A e 3651-B, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3633, de autoria do Senhor Deputado Techy Filho, com apoioamento dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Anibal Khury, Edno Guimarães e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3603, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3607, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3608, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3609, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3610 e 3611, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3612 a 3618, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3629, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3631 e 3649, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3637, de autoria dos Senhores Deputados Élio Rusch, Duílio Genari, Techy Filho, Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Irineu Colombo, Luiz Carlos Zuk e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3638, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaco, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3639 e 3640, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3651, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3644, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 430, 432, 433 e 486/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 428 e 485/95.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 474/95.

Levanta-se a sessão.